

Vencer a crise  
Ganhar o presente  
para garantir o futuro dos Açores

Programa Eleitoral da CDU Açores para as eleições legislativas regionais  
de 14 de Outubro de 2012



## Vencer a crise

### Ganhar o presente para garantir o futuro dos Açores

Programa Eleitoral da CDU Açores para as eleições legislativas regionais  
de 14 de Outubro de 2012

A CDU Açores apresenta-se às eleições legislativas regionais de 14 de Outubro de 2012 com uma longa história de intervenção na vida política dos Açores, ao longo da qual adquiriu um profundo conhecimento da Região e dos seus problemas e um valioso património de propostas e soluções para um rumo alternativo para o desenvolvimento dos Açores.

Com a sua intervenção parlamentar ao longo dos últimos quatro anos, a CDU ampliou esse conhecimento, reforçou a profunda ligação aos açorianos de todas as ilhas e aos seus problemas e aprofundou o projeto político alternativo de rutura com o modelo de desenvolvimento que se esgotou e que ameaça desmoronar-se com a reconfiguração com que, os mesmos de sempre, estão a fazê-lo. Penalizando os trabalhadores, as famílias, as micro, pequenas e médias empresas e beneficiando e protegendo os verdadeiros culpados – o capital financeiro e os grupos económicos. É tempo de deixar de chamar crise ao capitalismo!

O Programa Eleitoral da CDU reúne os contributos de centenas de militantes e ativistas, bem como de múltiplos cidadãos, completa-se, naturalmente, na realidade concreta com os programas eleitorais da CDU de cada uma das ilhas dos Açores, dá corpo a um projeto político orientado para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada e um modelo de desenvolvimento sustentável e harmonioso.

O projeto político da CDU assenta na certeza de que os açorianos não estão condenados à pobreza e ao subdesenvolvimento. Valorizando e acrescentando a nossa capacidade produtiva e geradora de riqueza; redistribuindo melhor o rendimento e ampliando a solidariedade; utilizando o nosso potencial humano, garantindo a todos o direito ao trabalho, com direitos e justamente remunerado; protegendo e valorizando o nosso meio ambiente único e frágil; encurtando as distâncias que a falta de visão e investimento dos sucessivos governos regionais nunca quiseram superar; apostando na inovação, na juventude, nas suas qualificações e potencialidades; gerindo melhor, pensando apenas no interesse dos Açores e não na satisfação das clientelas políticas, é possível inverter a crise em que se afunda o nosso arquipélago, ganhar o presente para garantir o futuro dos Açores, para o Povo Açoriano. O presente Programa Eleitoral da CDU dá corpo a esse projeto alternativo, através de políticas de fundo e de medidas imediatas, que visam erguer a esperança dos jovens, das famílias, dos trabalhadores do setor público e do setor privado, dos micro, pequenos e médios empresários.

## UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL PARA OS AÇORES

Os Açores sofrem duramente os efeitos da crise nacional. As medidas de austeridade que têm vindo a ser tomadas pelos Governos Regionais e da República tiveram efeitos destrutivos no plano económico e social.

As empresas açorianas, frágeis e de pequena dimensão, orientadas sobretudo para o mercado interno, foram severamente atingidas pela redução generalizada do poder de compra das famílias e pela contração do investimento público. O adiamento e cancelamento de vários projetos atingiram de forma especialmente grave o setor da construção civil, que foi durante muitos anos alimentado pelas grandes obras públicas. Mas também o comércio e os serviços sentem diretamente os efeitos da recessão.

Na agricultura, acentuam-se os efeitos mais negativos das políticas nacionais e europeias, com reflexo direto nos rendimentos dos agricultores e, em consequência, do número de produtores. As exportações e o turismo continuam a não conseguir compensar a falta de dinamismo do mercado interno da Região, acentuando-se por isso o endividamento e a dependência externa da Região. Nas pescas, prossegue o paulatino desmantelamento da frota tradicional e a depredação dos nossos recursos piscícolas por frotas externas.

Assim, sucedem-se os despedimentos, reduções de atividade, falências e encerramentos de empresas, colocando os Açores como a Região do país onde o desemprego mais tem crescido, com uma taxa superior à média nacional, atingindo, no segundo trimestre deste ano, o valor histórico de 15,6%, o que corresponde a muito mais de 10 mil açorianos sem emprego, ao que acresce um elevado índice de precariedade laboral.

Aumenta assim também a pressão sobre o rendimento e os direitos dos trabalhadores do setor privado e do setor público. Acentua-se a tendência para a redução dos salários, que já eram dos mais baixos do país, recebendo cada trabalhador açoriano, em média, menos 100 Euros do que um trabalhador do continente. A prová-lo está o facto de, nos Açores, a maior parte dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção serem trabalhadores, com emprego, só que com um salário demasiado baixo para poder garantir a sua sobrevivência com dignidade.

Entrámos, portanto, numa situação dramática no plano social, com o ressurgimento de graves situações de pobreza extrema, um empobrecimento generalizado das famílias e com o acentuar das desigualdades na distribuição do rendimento.

Os mecanismos da nossa Autonomia permitiriam aliviar alguns destes problemas, nomeadamente através do aumento do Salário Mínimo Regional, do Complemento Salarial dos

funcionários públicos, do Complemento de Abono de Família e do Complemento Regional de Pensão, e também da devolução dos subsídios de férias e de natal roubados pelo Governo de Passos Coelho, só que os partidos que estão comprometidos com a troika e com a sua política de austeridade, PS, PSD e CDS, chumbaram por diversas vezes as propostas do PCP nesse sentido e recusaram sempre usar a Autonomia dos Açores para o fim para que foi criada: proteger os açorianos dos piores efeitos das medidas tomadas pelo Governo da República.

Pelo contrário, o Governo Regional do PS, apesar da sua propaganda eleitoralista e das suas obras e inaugurações de fachada, aplicou nos Açores a mesma receita de austeridade: começou a reduzir funcionários, contribuindo para o desemprego; implementou taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, sacrificando mais os idosos e as famílias e cortou ou adiou diversos projetos de investimento, contribuindo ativamente para a recessão no nosso arquipélago.

Os muitos milhões de euros investidos nos Açores nos últimos anos não foram direcionados nem para resolver os défices estruturais da nossa economia, nem para melhorar os rendimentos dos açorianos, mas sim para alimentar as diversas clientelas políticas e para as grandes obras, por vezes de utilidade duvidosa, que pudessem trazer ganhos políticos e eleitorais.

A questão do rendimento das famílias e da necessidade de se reativar o consumo, as vendas das empresas e a criação de emprego tornaram-se no problema essencial a que é necessário dar resposta urgente. É das respostas que dermos a esse problema que depende, em primeiro lugar, a nossa capacidade de resistir e de vencer a recessão e de construir um futuro de crescimento e justiça social. Para isso é essencial usarmos as nossas competências autonómicas, recusando as chantagens e ingerências do Governo da República e afirmando o direito dos açorianos a gerirem livremente os seus próprios recursos.

Melhorar a vida dos açorianos, aliviar as suas dificuldades, não é apenas justo como também o único rumo para reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores. Essa é a prioridade política da CDU.

É possível gerir de outra forma as finanças da Região e fazer outras opções de investimento. Se em vez de gastarmos à larga no betão e nos negócios privados, apostarmos nas pessoas e defendermos o que é público, é possível libertar os recursos financeiros para uma política diferente.

Sem esquecer as profundas mudanças estruturais que são necessárias para tornar a nossa Região mais desenvolvida, com maior coesão, justiça social e bem-estar para todos, a CDU propõe um conjunto de onze medidas urgentes, com efeitos imediatos, para estancar o desemprego e o empobrecimento generalizado dos açorianos.

1. **Devolver integralmente os subsídios de férias e de natal** aos funcionários públicos, que foram ilegalmente roubados, como foi reconhecido pelo próprio Tribunal Constitucional, aos trabalhadores da administração regional e empresas públicas. Este dinheiro, que pouco adianta para resolver as dívidas do Estado, é essencial para muitas famílias e, se for investido na economia regional por via do consumo, contribuirá de forma decisiva para animar a atividade económica.
2. **Aumentar o Salário Mínimo Regional.** O valor do salário mínimo regional é muito reduzido e tem estado congelado desde 2010, fazendo com que uma grande parte dos trabalhadores açorianos continue a perder poder de compra. A CDU defende o aumento de 5% para 7,5% do acréscimo ao salário mínimo nacional. Este aumento contribui também para um aumento generalizado dos salários.
3. **Aumentar o Complemento de Pensão para os 60 Euros,** tal como o PCP vem propondo há vários anos, permitiria aliviar substancialmente a vida de muitos idosos, que são dos mais empobrecidos dos açorianos, com um esforço de investimento relativamente pequeno.
4. **O reforço de meios da Inspeção Regional do Trabalho.** A crise e o desemprego têm permitido toda a espécie de abusos sobre os trabalhadores e os seus direitos, sem que a Região tenha meios e capacidade para impor o respeito pela Lei.
5. **A redução da fatura da eletricidade.** A EDA tem apresentado lucros importantes, que revertem em parte para os seus acionistas privados, em vez de servirem para aliviar a pressão sobre o orçamento das famílias.
6. **A alteração e aumento do valor do Fundopesca.** São os pescadores que descontam dos rendimentos do seu trabalho para este fundo, pelo que este tem de deixar de ser arbitrariamente atribuído pelo Governo Regional e sofrer uma profunda alteração na sua gestão e filosofia, devendo passar a funcionar como um verdadeiro sistema previdencial complementar dos pescadores.

7. A criação de um programa ocupacional dirigido à agricultura. A CDU defende a criação de um programa ocupacional, orientado para a atividade agrícola, que permita aos desempregados auferirem um rendimento digno, bem como contribua para aproveitar todo o nosso potencial produtivo.

8. Acabar com as taxas moderadoras. Obrigar as pessoas a ter de pagar taxas por estar doente não só é uma grande injustiça, como não contribui para resolver nenhum dos problemas do Sistema Regional de Saúde. É ao Estado que compete financiar o SRS, não aos açorianos que precisam de assistência médica!

9. A distribuição gratuita dos livros escolares. Com um investimento inferior a 4% do total que se gasta por ano em educação nos Açores, seria possível aliviar as famílias açorianas de um encargo anual extremamente pesado.

10. A criação de verdadeiros passes sociais. Apesar das muitas promessas, o que o Governo Regional criou foi apenas um bilhete combinado. O que a CDU defende é a criação de um passe, com um custo subsidiado, que abranja também os transportes marítimos.

11. Um compromisso autonómico, no quadro do relacionamento institucional com a República e com a União Europeia, de aprofundamento do Estatuto de Região Ultraperiférica, que consagre o seguinte:

- Tarifas aéreas internas e externas de baixo custo e manutenção do Serviço Público de Transporte Aéreo sob a égide da Transportadora aérea regional (SATA);
- Manutenção da atual Lei das Finanças Regionais;
- Garantir os direitos de produção, designadamente, através da manutenção do regime de quotas e a criação de programas de apoio à produção e diversificação agrícola, dando corpo ao princípio – “Produzir Local Consumir Local”;
- Recuperar a gestão das 200 milhas da nossa ZEE;
- Salvaguardar os interesses da Região na exploração dos Recursos dos Fundos Marinhos.

## CONSTRUIR UM FUTURO DE PROGRESSO PARA OS AÇORES

A exigência de um futuro diferente para a nossa Região exige que sejam levadas a cabo mudanças profundas nas políticas regionais, nacionais e europeias, para permitir o desenvolvimento da nossa capacidade de produzir, de gerar riqueza, de criar emprego e distribuir melhor os frutos desse progresso, ampliando a solidariedade e a justiça social.

É na terra e no mar que está chave incontornável do progresso dos Açores. É no desenvolvimento do setor produtivo e das suas múltiplas atividades que se encontra a base de um modelo desenvolvimento sustentável e equilibrado. É na bacia do Atlântico, Portugal e Europa, a Macaronésia, os Países Lusófonos e a Diáspora, que se encontram os nossos parceiros preferenciais e com os quais temos de, em definitivo, encontrar formas de cooperação económica, política e cultural.

### Recuperar a Autonomia, rejeitar o memorando de entendimento com o Governo da República

Utilizando o argumento da crise, os partidos da troika iniciaram o maior ataque de sempre ao regime democrático e à estrutura do Estado. Como a CDU tem vindo a alertar, a Autonomia das Regiões Autónomas e o Poder Local Democrático são alvo de um processo político que visa manietar a sua capacidade de decisão e ação e torná-los meras correias de transmissão ao serviço do poder central.

Este processo tem sido seguido por várias vias, desde as tentativas de impor alterações às autarquias locais dos Açores, desrespeitando uma competência que pertence à Região e não ao Governo da República, ao encerramento de serviços públicos dependentes do Governo Central, como tribunais e repartições de finanças, bem como recusando à Universidade dos Açores os meios necessários à sua condição tripolar e arquipelágica.

É também nesse âmbito que surge a tentativa de destruir a RTP Açores, primeiro reduzindo-lhe gradualmente os meios financeiros, depois reduzindo-a a uma "janela" de emissão e, por fim, deixando-a com um futuro incerto num eventual processo de privatização da RTP.

Surgem também gravíssimas ameaças a serviços essenciais para os Açores com os processos de privatização da TAP e da ANA, sem que esteja clarificado o futuro dos serviços de transporte aéreo nos Açores.

O mais grave desenvolvimento deste ataque em todas as frentes à Autonomia Açoriana surge com o acordo firmado recentemente entre o Governo Regional e o Governo da República, que compromete a Autonomia dos Açores nos seus aspetos mais fundamentais. Nomeadamente, desaparece o direito dos açorianos a gerirem os seus próprios recursos, passando os Orçamentos da Região a ter de ser sujeitos a um visto prévio do Governo da República e, ainda, os futuros Governos Regionais ficam obrigados a aplicar cegamente na Região todas as medidas de austeridade que forem aprovadas no Orçamento de Estado e ficam proibidos de criar medidas compensatórias. PS, pelo lado do Governo Regional, e PSD e CDS, pelo Governo da República, às escondidas e sem qualquer participação da Assembleia Legislativa Regional, efetivamente anularam o núcleo central das competências autonómicas.

Recuperar a plena Autonomia dos Açores, rejeitando o Memorando de Entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República é a questão política central que se coloca neste momento a todos os açorianos. É imperativo recusar a chantagem dos partidos da troika, PS, PSD e CDS, que pretendem por esta via, tal como fazem no continente, forçar os açorianos a suportarem todos os sacrifícios que lhes queiram impor.

Para a CDU, o relacionamento com o Governo da República tem de passar pelos princípios constitucionais e estatutários de solidariedade nacional, lealdade institucional e respeito pelo adquirido autonómico. Trata-se, portanto, de um dever Constitucional do Estado para com os cidadãos e não de uma benesse ou de um privilégio do Povo Açoriano.

No campo das relações com o Governo da República a CDU irá defender:

- ✓ A rejeição do Memorando de Entendimento com o Governo da República e a reafirmação dos direitos dos Açores consagrados na Constituição e no Estatuto Político-Administrativo;
- ✓ O cumprimento integral e a recusa de alterações à Lei de Finanças Regionais, garantindo o direito dos açorianos a gerirem os seus próprios recursos financeiros;

- ✓ A reafirmação que quaisquer alterações ao mapa das autarquias locais dos Açores competem exclusivamente à Assembleia Legislativa Regional e não ao Governo da República;
- ✓ A defesa da RTP Açores, enquanto empresa pública, dotada de meios financeiros adequados e suficientes, com autonomia de gestão, integrada na empresa pública nacional RTP SA;
- ✓ A recusa de encerramentos dos serviços públicos essenciais, como tribunais, alfândegas e repartições de finanças, bem como a criação de uma delegação regional do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM);
- ✓ O reconhecimento do valor estratégico da Universidade dos Açores e da sua dispersão geográfica e a exigência do seu financiamento adequado;
- ✓ A recusa da privatização da ANA e da TAP, empresas que prestam serviços vitais para a Região e que, por isso, devem permanecer públicas;
- ✓ A manutenção do Centro de Controle Oceânico da NAV em Santa Maria;
- ✓ O cumprimento das obrigações do Estado em termos de forças armadas e de segurança, nomeadamente exigindo o reforço dos meios da Polícia de Segurança Pública e da GNR no arquipélago e a ampliação substancial dos meios de fiscalização marítima do Mar dos Açores;
- ✓ Salvar os interesses da Região na gestão e exploração dos recursos dos Fundos Marinhos;
- ✓ O reconhecimento dos direitos da Região enquanto parte interessada em todos os processos que digam respeito à Base das Lajes, à sua gestão, utilização e ao estatuto dos trabalhadores civis da Base;
- ✓ A alteração da política de relações externas da Região, nas quais o Parlamento Regional tem de assumir um papel mais relevante, nomeadamente através de visitas e contactos oficiais junto das instituições europeias, do estabelecimento de uma relação bilateral regular com a Região Autónoma da Madeira e com o aprofundamento das relações no âmbito da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), bem como mantendo um papel ativo no âmbito das Regiões Ultraperiféricas da EU, bem como o reforço da ligação com a diáspora açoriana;

## Agricultura

O setor agrícola tem sofrido as consequências das políticas europeias que favorecem objetivamente os grandes países produtores. A desregulação dos mercados tem favorecido os grandes países produtores e tem permitido que o setor da distribuição exerça uma verdadeira ditadura sobre os produtores, ditando preços e condições cada vez mais insustentáveis e levando à inexorável redução dos preços pagos à produção e à redução do rendimento dos agricultores.

Pese embora o aumento de produção decorrente da modernização do setor, a verdade é que a redução do número de produtores e o abandono da atividade – também favorecida pelos subsídios europeus – levaram a que a nossa capacidade de produção esteja hoje subaproveitada, fazendo-nos perder riqueza e reduzindo o nosso peso no mercado.

No caso da produção da leiteira, o alargamento das quotas leiteiras e o seu anunciado fim, tem demonstrado os efeitos negativos desta política e a necessidade absoluta de intervir no mercado, com uma regulação firme, que proteja a nossa produção.

A solução para os problemas do setor agrícola passam, em primeiro lugar, por uma resposta no plano político, que deve partir do Parlamento Regional, para que as autoridades portuguesas contribuam ativamente para que seja encontrado um consenso no seio da União que permita alterar as regras mais gravosas da Política Agrícola Comum. Por outro lado, importa que seja mantida uma postura firme de recusa do fim das quotas leiteiras e a favor de medidas que reconheçam e protejam os setores agrícolas das Regiões Ultraperiféricas.

Igualmente, é necessária uma intervenção no mercado de distribuição que contrarie o poder da grande distribuição, imponha margens de comercialização e efetivamente regule os preços dos produtos agrícolas.

Importa também que se reforcem os mecanismos de apoio à diversificação agrícola e às produções destinadas ao mercado interno da Região ou ao consumo local de cada ilha, como forma de melhorar a nossa soberania e segurança alimentar, reduzindo as necessidades de importação e dinamizando também os mercados locais.

A par destas questões de fundo, existem muitas medidas importantes que devem ser tomadas a nível regional. De entre elas, destacam-se as seguintes:

- ✓ Reforçar os apoios aos custos dos fatores de produção dos produtos agrícolas;

- ✓ Criar um programa ocupacional dirigido à agricultura, reduzindo custos de mão-de-obra para os agricultores, que permita aos desempregados auferirem um rendimento digno, bem como contribua para aproveitar todo o nosso potencial produtivo;
- ✓ Reformular a lei do arrendamento rural, protegendo melhor os investimentos dos arrendatários e incentivando a entrada de novos produtores;
- ✓ Proteger a Reserva Agrícola Regional da pressão imobiliária, defendendo a continuidade do uso produtivo da terra;
- ✓ Completar e melhorar a rede regional de matadouros, dotando-os com salas de desmancha e capacidade de embalagem em vácuo;
- ✓ Melhorar o apoio e incentivo às atividades florestais sustentáveis;
- ✓ Reforçar o apoio à entrada na atividade de novos produtores e reorientar os subsídios para o abandono da atividade agrícola;
- ✓ Continuar a apoiar a produção de beterraba e construir uma nova instalação fabril para a SINAGA;
- ✓ Continuar a apoiar a diversificação agrícola e as suas produções;
- ✓ Reforçar os apoios à agricultura biológica e criar agências locais para apoiar o seu desenvolvimento;
- ✓ A proibição da comercialização de produtos geneticamente modificados (OGM) nos Açores;
- ✓ Reforçar os incentivos e simplificar os processos de certificação da carne IGP e das produções biológicas e melhorar as condições da sua colocação no mercado;
- ✓ Apoiar o escoamento local de produtos hortícolas e promover a entrada neste mercado de pequenos produtores e outros agricultores;

## Pescas

Existem situações muito diferenciadas nos Açores, em termos do tipo de pesca, dos recursos disponíveis, do valor do pescado e da situação social e laboral dos pescadores. Importa, por isso, que as políticas regionais levem em conta essa diversidade. No entanto, questões como desemprego, falta de formação específica, baixo valor das capturas, estado dos recursos, desadequação das frotas, dificuldades de escoamento, regimes laborais e baixos rendimentos

dos pescadores são problemas transversais à pesca açoriana que as políticas do Governo Regional não têm conseguido resolver, e que é preciso abordar de forma integrada.

Tal como no caso da agricultura, as pescas nos Açores têm sido vítimas de políticas europeias que visam favorecer as grandes frotas estrangeiras, reduzindo-nos a uma pesca artesanal de pequena dimensão e a pequena distância. A perda da soberania sobre o limite das 200 milhas significaram uma enorme perda para os Açores, cujos recursos passaram a ser capturados por frotas estrangeiras que, não existindo fiscalização eficaz, pescam sem qualquer controle. Também aqui é necessário que o Parlamento Regional pressione as autoridades portuguesas para que, no âmbito da União Europeia, seja restaurado o limite das 200 milhas para a atividade exclusiva da frota dos Açores, bem como o exercício pela Região da responsabilidade da gestão e conservação científicas dos respetivos recursos haliêuticos, até ao limite da plataforma continental que vier a ser reconhecido pela ONU.

A criação de um quadro legal regional para a proteção dos recursos marinhos não tem qualquer significado se não for devidamente acompanhada dos meios de fiscalização necessários, que não podem ser apenas eletrónicos. O reforço de meios navais da Marinha e Polícia Marítima, bem como da GNR, é absolutamente vital para a pesca nos Açores e competirá ao Parlamento Regional exigí-los do Governo da República. Neste âmbito é também necessário o reforço de meios e a alteração das metodologias da Inspeção Regional das Pescas.

As recentes alterações ao Código Contributivo, vieram esmagar os pequenos armadores com contribuições obrigatórias incomportáveis e injustas. A CDU irá continuar a empenhar-se, na Região e na República, na luta pela sua revogação e pela aplicação de um regime de proteção social mais favorável para os pescadores.

Os apoios e subsídios para a modernização do setor das pescas não podem servir para o seu paulatino desmantelamento. Precisamos de, sustentavelmente, desenvolver esta atividade e não limitarmo-nos a entregar os nossos recursos a outras frotas.

Em relação ao estudo e proteção dos recursos marinhos, embora tenham existido alguns progressos nos últimos anos, a verdade é que os dados existentes muitas vezes ainda não permitem uma análise rigorosa do estado real dos stocks. A CDU defende que é necessário que a Região crie um programa de longo prazo para o estudo e monitorização, com transparência, envolvendo os pescadores e a comunidade científica, para permitir uma avaliação mais rigorosa do estado dos recursos piscatórios e uma base sólida para as decisões políticas sobre o esforço de pesca.

Para além destes problemas de fundo que urge resolver, a CDU irá bater pelas seguintes medidas:

- ✓ A criação de uma Escola Profissional de Pescas, que qualifique os profissionais da pesca nas suas múltiplas funções;
- ✓ A continuação da intervenção no mercado pela Região e a fiscalização eficaz das margens máximas de revenda dos intermediários;
- ✓ A melhoria da oferta de transporte e o apoio ao escoamento local e regional do pescado;
- ✓ O incentivo ao regime de contrato de trabalho na pesca;
- ✓ A alteração e aumento do valor do Fundopesca, deixando de ser arbitrariamente atribuído pelo Governo Regional e passando a funcionar como um verdadeiro sistema previdencial complementar dos pescadores;
- ✓ A criação de um programa científico transparente, de longo prazo, para a monitorização e avaliação dos stocks piscícolas, envolvendo a comunidade piscatória;

## Turismo

A política de apoio ao turismo de massas, indiferenciado, assente em megaempreendimentos e em miragens como o golfe, levada a cabo pelos últimos Governos Regionais, falhou completamente, demonstrando que o desenvolvimento deste setor nos Açores só é possível apostando nos fatores que tornam o nosso arquipélago único e que nos diferenciam enquanto destino turístico. É no turismo sustentável, nas atividades de natureza, no nosso património ambiental que se encontra a chave do desenvolvimento turístico da Região.

Entre outras medidas, a CDU irá bater-se pelas seguintes:

- ✓ O cancelamento definitivo da construção de mais campos de golfe nos Açores e o desvio dessas verbas para a promoção do turismo sustentável;
- ✓ O reforço da projeção internacional dos Açores enquanto destino de natureza, apostando também em setores específicos, como a observação de cetáceos, o turismo de mergulho e a pesca lúdica;

- ✓ A alteração da oferta hoteleira existente, abrindo mais espaço para segmentos alternativos como os hostels, o alojamento em espaço rural e ao ecoturismo;
- ✓ A criação de programas de descontos permanentes para o transporte de equipamentos ligados às atividades marítimo-turísticas e desportos náuticos;
- ✓ A gestão e manutenção descentralizada dos percursos e trilhos pedestres dos Açores;

## Transportes

Para os Açores a questão dos transportes é estratégica e a sua importância é transversal a todos os setores e áreas de atividade. Paradoxalmente, as políticas erradas seguidas a nível regional e da república, fizeram com que se tornassem o principal fator de estrangulamento das atividades económicas regionais. Este é o paradigma que é preciso mudar.

A melhoria e redução de custos do transporte aéreo só pode passar pela defesa e valorização da transportadora aérea regional, a SATA, e não das miragens e promessas da entrada no mercado de agentes privados que terão forçosamente em mente apenas o seu próprio lucro e não a prestação de um serviço público de transporte aéreo de qualidade na Região. Um serviço tão estratégico para os Açores como é o transporte aéreo tem de ser forçosamente público e gerido de acordo com os interesses da Região.

Simultaneamente precisamos de uma aposta decidida no transporte marítimo inter-ilhas de carga e passageiros, não apenas no grupo central, para redinamizar o nosso mercado interno e criar circuitos económicos e contribuir para a Coesão do nosso Arquipélago. Para tal, é necessário ampliar e beneficiar várias infraestruturas portuárias na Região, como o Porto da Casa na ilha do Corvo, o Porto Comercial de São Roque, na ilha do Pico ou o porto do Topo, na ilha de São Jorge, entre outras obras portuárias.

Igualmente, é também necessário reforçar a aposta nos transportes terrestres, públicos e de qualidade, bem como criar, finalmente, um verdadeiro passe social, subsidiando o seu custo.

No campo dos transportes marítimos de carga, o Governo Regional, assente numa visão centralista e simplificadora, criar plataformas logísticas que deixariam sem ligação direta ao Continente e resultando forçosamente num encarecimento deste tipo de transporte. A CDU reafirma a sua firme oposição a estas soluções.

Os avultados investimentos que são necessários nesta área terão um retorno multiplicado na dinamização da atividade económica e turística, na aproximação das várias ilhas e na Coesão do nosso arquipélago.

Assim, a CDU defende, entre outras medidas:

- ✓ A redução do custo dos transportes aéreos, através de uma política de investimento e compensação adequadas, realizada através da transportadora pública, a SATA;
- ✓ A aquisição de um navio adequado para a criação de uma ligação marítima regular, durante todo o ano, para passageiros, veículos e carga, entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel;
- ✓ A rápida entrada em funcionamento dos ferry-boat de transporte de passageiros e carga previstos para o Grupo Central;
- ✓ A criação de uma ligação marítima regular, com frequência e dimensão adequadas, entre a ilha de São Jorge e as ilhas Terceira e Graciosa;
- ✓ O reforço das ligações marítimas nos eixos Horta – Madalena e São Roque – Velas;
- ✓ A realização de obras de ampliação e melhoramentos nas infraestruturas portuárias de São Roque, Corvo, Topo.
- ✓ O ajuste de algumas rotas e frequências do serviço de transporte de carga, adaptando-as melhor às necessidades das ilhas;
- ✓ A construção da marina da Barra, na ilha Graciosa.
- ✓ A melhoria dos sistemas de transportes públicos terrestres e a criação de um verdadeiro passe social de custo subsidiado.

### Setor Público

A administração do setor e das finanças públicas dos últimos anos caracteriza-se por uma gestão norteadada pelas preocupações políticas e eleitorais do Governo Regional, sem visão estratégica, feita de intervenções casuísticas e contraditórias, sem qualquer preocupação em relação aos encargos presentes e futuros para os cofres da Região.

A desmultiplicação de entidades públicas empresariais em todas as áreas, muitas vezes duplicando as competências próprias da Administração Regional, serviu para criar e ocultar

gigantescos encargos financeiros. Assim, em Dezembro de 2011, as dívidas do setor público regional representavam 1.563 milhões de Euros.

Tal situação foi o resultado de uma gestão irresponsável, com sucessivos descalabros financeiros como o Complexo Portas do Mar ou com as parcerias público-privadas, como as SCUT's de São Miguel (um encargo plurianual de mais de 1.270 milhões de Euros) e a construção do novo Hospital da Terceira (378 milhões de Euros), ou com o modelo falhado dos Hospitais-Empresa e da Saudaçor, que no seu conjunto têm uma dívida superior a 700 milhões de Euros.

Estes são exemplos de uma gestão que hipoteca o futuro dos Açores. Esta dívida não foi criada pelas empresas públicas estratégicas, como a SATA, a EDA, a Atlânticoline, a Transmaçor, a Conserveira Santa Catarina, a SINAGA, a LOTAÇOR, apenas para dar alguns exemplos. Pelo contrário são o resultado de uma política de ativo favorecimento dos grupos privados e do seu modelo de gestão, a par de uma ocultação dos prejuízos financeiros, através da criação de entidades empresariais sem qualquer utilidade real..

O Sector Público Regional tem de ser uma alavanca fundamental do progresso dos Açores que deve continuar a estar sob controlo público A CDU considera que a Região deve continuar a assumir o seu papel na economia, detendo as empresas estratégicas que asseguram serviços essenciais para o nosso arquipélago, que não podem ser confundidas com outras entidades empresarias que se limitam a duplicar funções que podiam e deviam ser exercidas diretamente pela Região e que servem apenas para aprofundar o endividamento regional.

No âmbito do setor público regional a CDU defende:

- ✓ A valorização e recusa da privatização de empresas públicas estratégicas nas áreas da energia, transportes, portos e transformação;
- ✓ A realização de um amplo debate público sobre as participações empresariais da região, que resulte numa definição alargada de empresas e setores estratégicos nas quais a Região deve ter uma participação determinante e numa reavaliação das funções e utilidade das restantes entidades empresarias regionais, com vista a evitar a duplicação de funções e contribuindo para a transparência das contas públicas regionais. Nesse âmbito as atribuições da Agência para a promoção do investimento nos Açores (APIA) e da Pousadas de Juventude dos Açores SA, devem voltar a ser exercidas diretamente pela Administração Regional e deve ser ponderada cuidadosamente a integração, a

prazo, da Ilhas de Valor e da Saudação nos departamentos do Governo com competência na matéria.

## Ambiente

Assistiu-se, nos últimos anos, nos Açores, a um enorme crescimento da legislação de proteção ambiental e grandes mudanças na estrutura dos serviços de ambiente regionais. No entanto, a este esforço legislativo, não correspondeu uma política coerente e eficaz que contribua para proteger e valorizar o nosso património ambiental. Pelo contrário, existiram, mesmo assim, múltiplos exemplos de atentados ambientais levados a cabo pelo próprio Governo Regional, como no tristemente célebre caso da Fajã do Calhau, na ilha de São Miguel.

A criação de entidades reguladoras, como a Ersara e empresas regionais de ambiente, como a Azorina SA, correspondem a uma semiprivatização das competências regionais, sem trazer consigo ganhos ou poupanças relevantes. A existência destas entidades, as suas competências e a sua articulação com os serviços da Região devem ser alvo de uma reavaliação, assente num amplo processo de discussão pública e com o objetivo de assegurar o interesse público.

Igualmente a nova estrutura de parques naturais de ilha revela alguns problemas, nomeadamente relacionados com a concentração de poderes e competências na figura individual do diretor do parque natural, de nomeação governamental. A CDU entende que esta estrutura tem de ser reavaliada, reduzindo a governamentalização dos serviços de ambiente e com uma maior participação das organizações e instituições locais.

A CDU está empenhada, entre outras medidas, no seguinte:

- ✓ A reavaliação do papel e estrutura da Ersara e da Azorina, SA, e dos parques naturais de ilha;
- ✓ O reforço de meios da Inspeção Regional do Ambiente e o aumento do número dos vigilantes da natureza;
- ✓ A reformulação da estratégia do Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis;
- ✓ A realização de uma ação especial de limpeza de ribeiras, reforçando os meios descentralizados para as Juntas de Freguesia, melhorando a segurança das populações e evitando cheias e deslizamentos;

- ✓ Agilização do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS), pouco operativo atualmente;
- ✓ A reformulação do Regime de Proteção da Natureza e da Biodiversidade, reforçando a proibição da caça de aves nativas;
- ✓ Recusar a construção de incineradoras de resíduos nos Açores;
- ✓ Reforço da proteção e direitos dos animais, com a criação de uma rede de recolha de animais domésticos e criação de centros de recuperação da fauna silvestre.

## Saúde

O Serviço Regional de Saúde (SRS) enfrenta hoje graves dificuldades que resultam de políticas regionais e nacionais erradas e que hoje impedem o seu desenvolvimento ou, mesmo, tentam por em causa a sua sobrevivência enquanto sistema público.

Um dos problemas centrais do SRS reside na carência de profissionais médicos, com prejuízo para a saúde das populações e resultando num substancial aumento da despesa do sistema. Este problema decorre da política errada, continuada por sucessivos governos do PS e do PSD, de limitar o número de vagas nos cursos de medicina nas universidades, o que resultou num falta de médicos generalizada no país, mas que se sente com especial gravidade na Região. Esta situação, nos Açores, implica não só um aumento substancial da despesa com contratações e deslocações de pessoal médico, como com a deslocação de doentes, inter-ilhas e para unidades de saúde situadas fora da Região.

Igualmente, a nível regional, o modelo de gestão de tipo empresarial, com a criação da Saudaçor e dos hospitais-empresa, falhou completamente, não tendo conseguido atingir nenhum dos seus objetivos. Não foi conseguida nenhuma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados, nem se obteve qualquer poupança significativa.

Pelo contrário, o subfinanciamento crónico do SRS pelo Governo Regional, levou a um enorme endividamento, que coloca em risco o equilíbrio das contas da Região.

Incapaz de reconhecer o erro da sua política e de alterar o modelo que criou, o Governo Regional do PS reage impondo taxas moderadoras, agravando o custo imposto aos açorianos, e começando a concentrar e encerrar unidades de saúde, como o SAU de Ponta Delgada, mas deixando por resolver os problemas de fundo do SRS.

Para a CDU a existência de um sistema de saúde universal, gratuito e de qualidade é uma conquista basilar da sociedade açoriana e que faz parte dos direitos humanos básicos que têm de ser garantidos pelo Estado a todos os cidadãos.

A solução para os grandes problemas que o SRS vive terá de passar, em primeiro lugar, pela profunda alteração do seu modelo de gestão, devolvendo-a a mãos públicas, assegurando o seu adequado financiamento, garantindo a qualidade e travando a espiral de endividamento.

É, igualmente necessária uma alteração das políticas de formação médica a nível nacional e, no imediato, procurar diversificar a contratação de profissionais médicos.

Importa também continuar a desenvolver o SRS e garantir a sua universalidade e a igualdade de condições de acesso à saúde aos açorianos de todas as ilhas.

A CDU irá empenhar-se, por isso, no âmbito do Serviço Regional de Saúde:

- ✓ A alteração do modelo de gestão, alterando o estatuto de empresa dos hospitais públicos e reavaliando as funções e competências da Saudaçor;
- ✓ A eliminação das taxas moderadoras no SRS;
- ✓ A alteração das limitações à formação médica e o estabelecimento de acordos de cooperação com vista a facilitar a contratação de profissionais médicos, nomeadamente de países da América Latina;
- ✓ O respeito pelos direitos e a valorização dos profissionais do SRS;
- ✓ A melhoria dos apoios aos doentes deslocados e seus familiares;
- ✓ A reabertura do SAU de Ponta Delgada, contribuindo para descongestionar o serviço de urgência do Hospital do Divino Espírito Santo;
- ✓ A aquisição de um barco ambulância para garantir o transporte de doentes entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge;
- ✓ A rápida conclusão do Centro de Saúde da Madalena do Pico e a sua dotação com valências e equipamentos adequados;
- ✓ A construção de um novo edifício para o Centro de Saúde de Vila Franca do Campo e a abertura de uma extensão na Freguesia de Ponta Garça;
- ✓ Criar o Centro de Saúde da Lagoa.

## Educação

A CDU, ao longo da anterior legislatura, tornou claro, aquando da primeira revisão do Estatuto da Carreira Docente, a sua posição sobre o que pensa relativamente quer no que concerne à estrutura da Carreira, quer à Avaliação do Desempenho. Assim, para a CDU a carreira dos educadores e dos professores deve ser atingida ao fim de 30 anos de serviço docente, com menção não inferior a Bom, deve ser única e horizontal, uma vez que os conteúdos funcionais não são alterados ao longo da carreira, não deve haver constrangimentos administrativos que impeçam a progressão. A CDU considera, ainda, que a carreira remuneratória deve ser revista, com o objetivo de a tornar mais equitativa.

A CDU é manifestamente contra a qualquer proposta que introduza, por via de normas transitórias, mais injustiça a quem tem sido continuamente injustiçado. Aliás, se tomarmos em linha de conta o facto de os educadores e professores terem o tempo de serviço “congelado” para efeitos de progressão pode, no limite, impedir que alguns docentes atinjam o topo da carreira.

A CDU não subscreve o modelo de avaliação que, por um lado, tenha associada uma finalidade punitiva e um obscuro objetivo de restringir artificialmente o acesso ao topo da carreira. Por outro lado, a CDU defende, claramente, a avaliação interpares, à qual tem de estar subjacente um carácter formativo e devidamente contextualizado, de acordo com as características sociais e económicas do meio em que a Escola está inserida.

O processo avaliativo dos educadores e professores, tal como está desenhado, transformou-se no principal objeto da atividade dos docentes e da própria Escola, pelo que daqui só pode resultar prejuízo para o processo de ensino aprendizagem. Este, sim, o objeto da Escola.

A observação de aulas deve considerar-se apenas para efeitos de menções qualitativas superiores a Bom ou em caso de indícios de dificuldades na prática pedagógica.

A contextualização do processo de avaliação do desempenho parece-nos, como já referimos, essencial e daqui decorrendo que os resultados escolares dos alunos não deverão ser tomados em consideração na avaliação dos docentes.

A CDU considera que, face ao atual regime de aposentação, não faz sentido que continue a existir diferenciação no número de horas semanais entre os níveis de ensino.

As dificuldades no acerto de horários dos docentes com a carga curricular dos alunos no Pré-Escolar e do 1.º CEB, podem e devem ser obviadas com a constituição de equipas educativas multidisciplinares.

A CDU considera que, passados que são alguns anos sobre a regulamentação da componente não letiva, se pode concluir que há necessidade de alterar esta, que foi uma imposição da tutela, com vista a funcionarizar os docentes. Assim, entendemos que, no imediato, as reuniões de carácter permanente devem ser incluídas na componente do horário de estabelecimento do docente.

Consideramos que as reduções por antiguidade devem ser comuns a todos os docentes.

Como é do conhecimento público, a CDU opôs-se ao novo diploma dos concursos de mobilidade e recrutamento do pessoal docente

A CDU considera, como o afirmou em sede de discussão parlamentar, que a quadrianualidade dos concursos, aprovada pelo PS, vem aumentar a precariedade do emprego docente o que só podemos, por um lado lamentar e, por outro julgamos ser uma evidência do paradoxal discurso do partido que suporta o governo. Nos discursos de circunstância afirma e reafirma a sua disponibilidade para combater a precariedade laboral mas no desenho e aplicação das políticas, seja neste setor de atividade, seja noutros, promove e perpetua a instabilidade e a insegurança.

No que concerne aos concursos de educadores e professores a CDU propõe e defende:

- i) Concursos centralizados;
- ii) Concursos anuais para mudança de quadro e ingresso no quadro;
- iii) Concurso de afetação anual;
- iv) Contratação anual.

A CDU tem muitas dúvidas sobre a utilização de modelos de avaliação dos alunos do ensino especial (CIF), bem como sobre a forma segundo o Ensino Especial está a ser aplicado e gerido na Região.

Por um lado, o modelo de funcionamento da coordenação das equipas multidisciplinares é fundamental para o seu sucesso e eficácia. Por outro lado, a elevada diferenciação dos professores do Ensino Especial aconselha a que estes docentes estejam agrupados por área de especialidade. Assim, consideramos que as equipas multidisciplinares devem funcionar à semelhança dos Conselhos de Turma e os docentes devem ser inseridos em Departamentos de especialização.

Não é admissível que o Estado crie constrangimentos à mobilidade dos docentes. A CDU considera que, no quadro do relacionamento institucional entre o Governo da República e o Governo Regional, devem ser derrubadas essas barreiras à mobilidade.

A CDU considera que o elevado número de alunos que atualmente frequenta as vias diferenciadas de ensino, com todos os efeitos negativos que daí resultam, é o resultado direto da ausência de um modelo de intervenção precoce.

A CDU considera como fundamental a criação de equipas de diagnóstico e de intervenção precoce nas unidades orgânicas, de modo a obviar este que é um dos mais anacrónicos problemas do Sistema Educativo Regional.

A CDU considera necessário que se introduza alterações ao Estatuto do Aluno, designadamente, expurgando-o de alguns aspetos de duvidosa constitucionalidade.

A CDU tem como prioridades para a educação na Região:

- ✓ A defesa de uma Escola Pública de Qualidade;
- ✓ Inverter as políticas de concentração do parque escolar e redimensionar as Unidades Orgânicas;
- ✓ Dignificação da carreira docente;
- ✓ Defesa da Gestão Democrática das Escolas,
- ✓ Repor a anualidade dos concursos;
- ✓ Defender e propor um modelo formativo de avaliação do desempenho dos educadores e professores;
- ✓ Rever o Estatuto do Aluno.

## Juventude

Os jovens açorianos sofrem de forma agravada os problemas nacionais, em virtude da dimensão das nossas ilhas e nomeadamente da escassez de opções profissionais e formativas. Às dificuldades de conseguir obter a formação pretendida, seguem-se enormes obstáculos para conseguir o emprego desejado e, assim, a autonomia necessária à construção da sua vida.

Continuam por abordar e resolver os principais problemas dos nossos jovens, que se relacionam diretamente, com a escassez de oferta formativa na própria ilha ao nível do secundário, com o enorme esforço financeiro exigido às famílias para conseguir aceder ao Ensino Superior e, por fim, com a inserção no mercado de trabalho, com o desemprego, a precariedade e os baixos salários, dos quais os jovens são sempre as primeiras vítimas. Recorde-se que mais de 40% dos desempregados nos Açores são jovens.

Os programas Estagiar têm desempenhado um papel relevante, mas o Governo Regional tem continuamente recusado as propostas do PCP para dar um conjunto mínimo de direitos aos jovens estagiários e permitindo que estes continuem a ser usados como mão de obra gratuita e sem direitos.

Os sucessivos governos regionais têm sempre menorizado ou procurado controlar a iniciativa juvenil nos Açores, reservando-lhes espaços de participação meramente consultivos e, potencialmente sem consequência, bem como burocratizando a constituição e reconhecimento de associações juvenis e limitando, por via direta ou indireta, a ação do Conselho de Juventude dos Açores.

Para a CDU, a preocupação com a juventude deve ser transversal a todas as áreas e políticas sociais, levando em conta a necessidade de se criarem condições que permitam aos jovens desenvolverem o seu potencial, realizarem-se pessoal e profissionalmente, trazendo um contributo inovador ao conjunto da sociedade.

No que diz respeito às políticas específicas para a juventude, a CDU irá lutar por:

- ✓ A alteração dos programas “Estagiar”, reforçando a componente formativa do estágio e atribuindo aos estagiários o direito a faltas por doença, licença de maternidade e paternidade e impedindo a utilização dos estagiários como mão-de-obra descartável;
- ✓ A criação de um regime de incentivos para a contratação de jovens por parte das empresas e a garantia dos seus direitos enquanto trabalhadores;

- ✓ Um aumento da oferta formativa ao nível do secundário, especialmente nas ilhas de menor dimensão;
- ✓ O reforço do investimento no ensino profissional e a ampliação da sua oferta;
- ✓ A melhoria dos apoios para os estudantes deslocados;

## Desporto

A CDU reconhece o esforço financeiro feito pela Região na promoção da prática desportiva, no entanto, esse investimento não é acompanhado por um modelo de desenvolvimento desportivo adequado à realidade regional.

A CDU considera que é preciso que haja um melhor equilíbrio entre o desporto profissional e o desporto amador e entre as modalidades existentes. É necessária uma aposta mais decidida na formação e no desporto para todos.

- ✓ A realização de um debate de âmbito regional para definir as linhas estratégicas para o desporto açoriano;
- ✓ Reforço do financiamento para os escalões de formação;
- ✓ Reforço do financiamento para o desporto escolar;
- ✓ Revisão do atual quadro legal de apoio às associações e clubes desportivos e à participação nas competições nacionais;
- ✓ Revisão do modelo de apoio ao desporto profissional;
- ✓ Criação de um programa de promoção de desporto para todos.

## Cultura

A promoção da cultura e identidade açoriana, a criação de condições para a criação e fruição cultural foi sempre utilizada, pelos sucessivos governos regionais, como um mero enfeite da ação governativa, parente pobre de sucessivos orçamentos regionais, gerida com prioridades de natureza político-eleitoral.

Assim, a maior parte do investimento na área da cultura foi feita em equipamentos e serviços na dependência direta e sob controlo do Governo Regional, favorecendo a importação de

conteúdos culturais e as opções mais comerciais e deixando as iniciativas de natureza associativa e popular para segundo plano.

Igualmente, a distribuição do financiamento de oferta cultural acentua as disparidades entre as diversas ilhas e o Governo Regional segue uma política de competição ativa com diversas Câmaras Municipais, concentrando e muitas vezes duplicando a oferta cultural, num desperdício de recursos que não traz ganhos para a riqueza e diversidade da vida cultural açoriana.

A CDU defende que na área cultural, compete ao Governo criar as condições para garantir o acesso amplo à produção e fruição culturais, valorizando a diversidade e a inovação, apostando nas dinâmicas associativas e nas iniciativas informais e locais, defendendo também a identidade e o património dos Açores.

A CDU irá defender, na área da cultura:

- ✓ A reorientação e simplificação dos apoios para a realização de iniciativas culturais, de forma a apoiar mais as iniciativas associativas, locais e informais;
- ✓ Reforçar o investimento na rede de museus da Região, criando também um polo dedicado à aeronáutica em Santa Maria;
- ✓ A reavaliação do projeto do Arquipélago - Centro de Arte Contemporânea, na Ribeira Grande, redimensionando os investimentos previstos;
- ✓ A criação de parcerias, nomeadamente com as Câmaras Municipais, para garantir a exibição regular de cinema em todas as ilhas;
- ✓ A criação de um Conselho Regional de Cultura, envolvendo também os municípios, as entidades culturais e criadores, para gerir o sistema regional de apoios às atividades culturais.
- ✓ O apoio às escolas de música das filarmónicas através de contratos-programa plurianuais.

### Ação Social

O Sistema de solidariedade e Segurança Social tem sido utilizado pelos sucessivos Governos Regionais como uma ferramenta política, gerida de forma casuística e sem uma visão de conjunto, priorizando a intervenção assistencialista, procurando sempre condicionar a ação das

IPSS's, valorizando alguns parceiros em detrimento de outros e prejudicando a eficácia e transparência dos sistemas de apoios sociais.

Apesar dos investimentos significativos na rede de equipamentos de apoio à terceira idade e à infância, permanecem algumas carências, nomeadamente em termos do reforço da cobertura de ATL's e da rede regional de cuidados continuados, bem como outros problemas graves que urge resolver.

Continua, de há muito, a situação profissional dos técnicos superiores das IPSS's e misericórdias, em termos da sua situação laboral e remuneratória. Estes técnicos são cada vez mais sobrecarregados com o aumento das solicitações sobre os sistemas de solidariedade e ação social que decorre do agravamento da situação social e do empobrecimento generalizado da população, que torna cada vez mais difícil que seja dada aos utentes uma resposta eficaz em termos do acompanhamento dos percursos de integração.

No campo das relações entre as IPSS's e o Governo, o Código da Ação Social, aprovado em 2011 apenas com os votos do PS, veio introduzir um mecanismo economicista e demasiado rígido, que não leva em conta as diferentes características das IPSS's e a diversidade de serviços que prestam nas suas comunidades. Importa, por isso, revogar esta legislação e levar a cabo uma reavaliação dos contratos-programa em vigor, adaptando-os às necessidades reais das instituições e dos utentes.

Apesar de a ter aprovado, o Governo Regional nunca cumpriu a proposta do PCP para a criação de um plano de melhoria das acessibilidades dos edifícios públicos para os cidadãos com mobilidade reduzida.

O Fundo de Compensação Social, criado para compensar os piores efeitos das medidas de austeridade impostas pelo Governo da República, tem tido uma gestão pouco transparente e sem qualquer avaliação do cumprimento dos seus objetivos, o que é uma forma inaceitável para gerir os fundos públicos.

O encerramento de postos de atendimento descentralizados e a sua concentração nas lojas da rede RIAC é outra medida puramente economicista que irá reduzir a qualidade do serviço aos utentes.

Para a CDU, a existência de um sistema de apoio social eficiente e flexível é um pilar essencial de uma sociedade coesa e solidária. Os investimentos na solidariedade social são, por isso, investimentos na construção de uma sociedade mais justa e humana. A gestão dos meios

financeiros públicos tem de ser transparente e eficaz, valorizando as pessoas e as instituições que estão no terreno e que efetivamente criam a rede de apoio social.

No âmbito do sistema regional de ação e segurança social, a CDU irá defender:

- ✓ A equiparação profissional e salarial dos Técnicos Superiores das IPSS's e Misericórdias aos trabalhadores que exercem funções públicas, bem como o reconhecimento do seu tempo de serviço e a estabilidade do seu vínculo laboral;
- ✓ O aumento dos meios humanos do sistema, nomeadamente em termos de técnicos de serviço social, criando um limite máximo de utentes por cada técnico;
- ✓ A alteração do Código de Ação Social, na sequência de um debate alargado, envolvendo as IPSS's, os técnicos e outras entidades;
- ✓ O reforço da transparência na execução das verbas destinadas à ação social;
- ✓ A reabertura dos postos de atendimento descentralizado dos serviços de Segurança Social;
- ✓ A elaboração e implementação de um plano de melhoria das acessibilidades dos edifícios públicos;
- ✓ O reforço do investimento na cobertura de ATL's e na rede regional de cuidados continuados.

Aprovado por unanimidade no Encontro Regional da CDU Açores

Ponta Delgada, 15 de Setembro de 2012